



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O ESTADO NACIONAL DE VARGAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA: A “CONTRIBUIÇÃO” INDÍGENA.

Kelly Silva Prado Andrade
(UFBA)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo iniciar um debate sobre o papel atribuído aos povos indígenas dentro do projeto de construção da nacionalidade brasileira implementado por Vargas. Ao mesmo tempo em que buscamos identificar as bases ideológicas e estratégicas daquele governo da construção de uma nacionalidade, a partir da mistura de brancos, negros e indígenas formando uma sociedade brasileira homogênea e sem quistos raciais, dando continuidade ao projeto racial iniciado no Segundo Reinado. Também apontamos o papel relevante que recebeu o indígena enquanto símbolo da “brasilidade pura”, isto é, imagem de um Brasil livre da influência estrangeira, ao mesmo tempo em que era impelido para a “incorporação” tão completa quanto possível à sociedade brasileira

PALAVRAS-CHAVE: Índios, Política Indigenista, Nacionalidade

INTRODUÇÃO

“Um país não é apenas uma aglomeração de indivíduos em um território, mas é, principalmente, uma unidade de raça, uma unidade de língua, uma unidade de pensamento. Para se atingir esse ideal supremo, é necessário, por conseguinte, que todos caminhem juntos em uma prodigiosa ascensão (...) para a prosperidade e para a grandeza do Brasil”.

· Mestranda em História Social - Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso. E-mail: quellyunah@gmail.com



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

(Getúlio Vargas, Comício de 1º de Maio. IN: WOLFE, 1994, p. 32)

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (HALL, 2003, p. 47)

A primeira citação apresentada faz parte do discurso proferido por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1938, onde ele evidencia as bases ideológicas de seu governo para a formação da identidade nacional. Uma unidade não apenas territorial, mas social, política, cultural e econômica.

Essa política nacionalista de Vargas, implementada, sobretudo “entre o início dos anos 30 até os primeiros anos dos 40”, tinha como objetivos promover a ocupação territorial a partir da “Marcha para o Oeste”, através da criação de incentivos à ocupação dos “sertões” brasileiros, proposta no final de 1937; nacionalizar” os grupos étnicos formados por imigrantes, como demonstra Giralda Seyferth em suas pesquisas e , como destaca Olívia Maria Gomes da Cunha, estimular o branqueamento racial, processo considerado pelos intelectuais da época como medida essencial à homogeneização de um determinado “tipo brasileiro”, de acordo com suas “crenças nos ideais eugênicos de regeneração nacional”³²⁶. (WOLFE, op. Cit. p. 28; SEYFERTH, 1997, p. 95-131; CUNHA, 2002, p. 257-288)

Entre essas e outras medidas, também encontramos a “proteção aos índios”, responsabilidade atribuída ao Serviço de Proteção aos Índios, órgão governamental criado em 1910. Esse órgão passou por várias reformas durante o

³²⁶Para centrar a análise no papel atribuído ao indígena em relação à identidade nacional, não nos deteremos demasiadamente nas conceituações teóricas, sobretudo relacionadas à eugenia, antropometria e a outras tendências teóricas da época. Para isso, ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e Política: O pensamento de Almir de Andrade. IN: OLIVEIRA, Op. Cit. 1999.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

governo Vargas, que acentuou sua vocação integracionista das populações indígenas. Essa política deveria promover a “evolução” do “selvagem” indígena para o patamar mais “elevado” de cidadão brasileiro. Os trabalhos de Seth Garfield tratam dessa política “de incorporação” proposta por Vargas em relação aos povos indígenas. (GARFIELD, 2000, p. 15-42)

O objetivo deste trabalho é preencher algumas lacunas a respeito dessa construção da identidade nacional e da participação atribuída aos povos indígenas, ao tecer uma breve análise sobre a construção do discurso de uma identidade nacional unificada pretendida por Vargas, e a utilização de simbologias atribuídas aos povos indígenas nesse período, bem como o papel atribuído aos povos indígenas dentro desse projeto político-ideológico.

Para tecer a análise do projeto indigenista de período Vargas, partiremos das representações utilizadas por Stuart Hall sobre a formação da identidade nacional, demonstrando suas relações com a proposta elaborada por Vargas e as especificidades do caso brasileiro. De acordo com a citação de Hall, que inicia este artigo, partimos do pressuposto de que a criação do discurso de identidade nacional estabelece sentidos que modificam a organização de nossa autoimagem e de nossa ação, enquanto indivíduos e enquanto parte de um grupo social supostamente homogêneo. (HALL, op. Cit. p. 47) Entretanto, iremos abordar, neste momento, apenas o projeto do Estado para os povos indígenas, sem adentrar na análise da receptividade ou rejeição dos indígenas frente a essas “tentativas de incorporação” à sociedade nacional.

Partindo da análise da construção da identidade nacional proposta por Vargas, analisaremos inicialmente a instituição do Estado Novo e seu discurso calcado na idealização do passado brasileiro buscando demonstrar a inexistência de rupturas bruscas com o projeto tradicional de desenvolvimento socioeconômico do país. A segunda parte analisará especificamente os elementos de formação de



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

uma identidade homogênea e o papel atribuído às minorias étnicas, sobretudo aos povos indígenas.

Continuação histórica e legitimidade: Estado Novo e o Índio enquanto símbolo nacional

Em 1930, Getúlio Vargas toma o poder a partir de um golpe de estado, e instaura o Governo provisório. Suspende a Constituição de 1891, depõe os governadores dos estados e nomeia interventores para esses cargos. Mesmo enfrentando oposição violenta, como o Movimento Constitucionalista em São Paulo, Getúlio se mantém no governo e, em 1937, dá um golpe de estado e permanece no poder até 1945, quando é deposto por outro golpe que visava assegurar as eleições que aconteceram no fim daquele ano.

Durante todo o período que esteve no governo, Vargas buscou o apoio das camadas menos favorecidas, ao criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1931, e ao atender parte das reivindicações dos trabalhadores já em 1930. Da mesma forma, mantinha uma política de coalisão com as elites, o que lhe assegurava o apelido de “mãe dos ricos”, de acordo com a imprensa de oposição. Essas concessões dadas aos trabalhadores andavam juntas com as restrições às direções sindicais, que passaram a ser nomeadas pelo governo, ao mesmo tempo em que os líderes mais combativos sofriam perseguições e prisões. Vargas também foi o primeiro presidente a visitar uma área indígena, entre outras ações que serviam de material para a propaganda do governo, que lhe dava a imagem de “pai dos pobres”.

Mesmo observando a força do populismo que Vargas utilizava, enquanto estratégia política, interpretamos a relação do seu governo com as camadas trabalhadoras de forma mais complexa, ressaltando as subjetividades em ação, as negociações dos conflitos e as heterogeneidades culturais das classes populares.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Partindo desse princípio de uma relação mais complexa entre Estado e grupos sociais, buscamos aqui a compreensão dessas interações a partir da necessidade de legitimação do Estado Novo. Concordamos com Mônica Pimenta Veloso quando diz que mesmo com condições objetivas favoráveis ao Estado Novo (1937-1945), tais como a guerra internacional e a emergência de regimes autoritários, foi de enorme importância a construção de um projeto político-ideológico extremamente bem articulado que, sobretudo, soube convencer a população da necessidade de ser estabelecida uma nova ordem, centralizada no fortalecimento do estado. (VELOSO, 1982, p. 33)

Para isso, Vargas buscou restringir o centro de poder e ao mesmo tempo ampliar significativamente sua base de apoio chamada por Veloso de “policlassista”. Independentemente de sua busca por legitimação ideológica, o Estado Novo não abriu mão de estratégias coercitivas para sua ação. Dentro desse esquema de legitimação-coação, o estado passa a ter uma interferência nunca vista antes na atuação da sociedade civil, ditando parâmetros culturais, educacionais e patrióticos, usando a produção cultural de seus intelectuais e a propagação desses ideais pela imprensa governista. (GLIK, 2007, p. 3)

Dessa forma, entendemos a recorrente afirmação de um continuum histórico entre os ideais tradicionais e aqueles defendidos pelo Estado Novo como estratégia principal de seu discurso legitimador. Em outras palavras, o regime deveria ser justificado a partir de sua continuidade histórica com o passado tradicional. Sendo assim,

a recuperação do passado adquire, portanto, espaço expressivo no discurso, que busca mostrar o novo Estado como o realizador do passado. O presente realiza o que o passado não pode realizar devido aos obstáculos que lhe foram impostos "de fora para dentro". Assim, o Estado Novo coloca-se como o divisor de águas entre O "velho Brasil" e o "Brasil novo", possibilitando ao país



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

retomar os seus "verdadeiros" caminhos, a partir do abandono das fórmulas liberais. (VELOSO, Op. Cit. 1982. p. 86)

O índio volta a ser o grande símbolo dessa retomada de “verdadeiros caminhos”, já que, como diz Garfield, Vargas utiliza o valor simbólico dos povos indígenas, alegando que detinham as verdadeiras raízes da “brasilidade”, diferentemente de “plantas exóticas” - o liberalismo econômico e o Marxismo - que o regime autoritário nacionalista por ele implantado procurou extirpar do solo brasileiro. (GARFIELD. 2000. Op. Cit. p. 15)

Garfield compreende que diferentes fatores provocaram essa convocação dos povos indígenas para o “palco da política”: o esforço do Estado Novo para consolidar seu poder e redefinir o território nacional; as preocupações sobre as origens da nação, sua composição racial e a necessidade de promover a homogeneização racial, cultural e identitária do povo também, a intenção de fixar os indígenas à terra, extirpando as raízes do visando converter índios e sertanejos em “cidadãos produtivos”. Em uma época em que o governo falava no crescimento da nação determinado pela proporção de homens saudáveis “dotados de maior energia”, o índio representava um patrimônio.

Dentro desses princípios, a assimilação de minorias étnicas é apontada como parte da tradição histórica de formação da nação brasileira. De acordo com este princípio, o Estado Novo precisava da homogeneidade nacional. Esta era buscada, em primeiro lugar, na escola (imposição do espírito nacional pela supressão dos idiomas estrangeiros e pelo ensino do civismo) e, em segundo lugar, pela ação prática e simbólica do Exército, da polícia e dos brasileiros “legítimos”, fazendo valer o sentido da formação nacional, isto é, uma “tradição histórica” de miscigenação e assimilação. (SEYFERTH, 1999. p. 225)

Podemos comparar a necessidade de legitimação do Estado Novo e a utilização da simbologia indígena a duas características definidas por Hall a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

respeito da identidade nacional: a narrativa da nação, as histórias contadas e recontadas que conectam “nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte”. No caso brasileiro, podemos citar a ideia de progresso, desenvolvimento através de “saltos evolutivos” como a Independência, a Proclamação da República, marcos históricos de “desenvolvimento e superação” que passam a ser usados como marcos dessa continuidade histórica da qual o Estado Novo quer fazer parte.

A outra característica evidenciada por Hall está na “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade. [...] Os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história”. (HALL. Op. Cit, p. 52 e 53)

Sendo assim, compreendemos a necessidade de legitimação do Estado Novo através da construção e valorização de símbolos nacionais livres de influências estrangeiras, como o índio, da contínua “união” entre as “raças” formadoras da identidade brasileira. E, por fim, o compromisso com uma tradição histórica brasileira idealizada pela incessante busca pelo progresso e pelo desenvolvimento do país.

Outro componente da proposta ideológica do governo Vargas era a ocupação territorial. Em 1937, durante a mensagem radiofônica de fim de ano, transmitida para todo o país, Vargas anunciou o programa de colonização denominado “Marcha para Oeste”, conclamando os brasileiros a buscarem oportunidades e participarem da “descoberta de um novo Brasil que, anteriormente explorado pelos bandeirantes, encontrava-se agora esquecido”. (TRUBILIANO E MARTINS JUNIOR, 2008, p. 2)

Para Carlos Alexandre Barros Trubiliano e Carlos Martins Junior, de acordo com a perspectiva ideológica do Governo Vargas, “um dos caminhos para o progresso nacional estaria na efetiva ocupação e integração das várias regiões do



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

interior do país, bem como a exploração de suas riquezas. Integração não apenas territorial, mas racial, moral, cultural e política.

Dessa forma, o programa “Marcha para o Oeste” foi amplamente divulgado e elogiado pelos meios de comunicação ligados ao governo, apesar de só terem sido implantadas duas das oito colônias previstas no projeto inicial. . (FERNANDES, s/d p. 5)

De acordo com Arissane Dâmaso Fernandes, esse programa consistiu-se muito mais em uma imagem, em um discurso, do que propriamente em medidas concretas de ocupação territorial. Era muito mais a conclamação feita pelo presidente da nação àqueles que quisessem um pedaço de terra, trazendo dessa forma os trabalhadores do campo em apoio ao seu governo. (FERNANDES, op. Cit. p. 5)

Em contrapartida, além de ser um projeto de colonização de espaços, também o foi do comportamento e das mentalidades. Era o momento de colocar em prática as ideias disciplinares aos trabalhadores, impondo novas práticas de trabalho, técnicas agrícolas mais modernas, normas comportamentais e de higiene e, sobretudo, uma nova ideologia de valorização do trabalho enquanto meio mais eficaz de combate à pobreza. (GOMES, 1982, p. 161)

Segundo Ângela Maria de Castro Gomes, a tentativa de relacionar a “Marcha ao Oeste” ao bandeirantismo era uma chamado aos trabalhadores para que ocupassem todos os espaços do país levando recursos técnicos e culturais e o sentido de “nacionalidade brasileira”. Neste aspecto, vemos mais uma vez a proposta de retorno ao passado tradicional. Neste caso, às bandeiras, na tentativa de atrair as populações menos favorecidas e, ao mesmo tempo, de garantir legitimidade ao Estado Novo, conectando simbologias de um passado já incorporado à nossa mentalidade com as simbologias do presente recém-construídas.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A formação da identidade nacional e o papel atribuído ao indígena

Evidencia-se, portanto, todo um processo acelerado de elaboração de sinais diacríticos que apontam para uma identidade brasileira mestiça e nesse sentido distinta do restante do mundo. Elaboração de "mão dupla", a identidade local surgia no interior desse movimento que vem do olhar de fora para dentro e de dentro para fora, resultando daí seu espaço de consagração. Afinal, o samba, a capoeira, o candomblé, a mulata e o malandro carioca são, em graus diferentes, transformados em ícones nacionais, produzidos e reproduzidos interna e externamente. (SCHWARCZ, 1995, p. 49-64)

A citação acima descreve bem os caminhos a serem percorridos pela construção da identidade nacional. Nessa descrição, Schwarcz nos mostra as bases para a criação dos símbolos da brasilidade e seu significado que vêm de olhares tanto de dentro quanto de fora do país. Nesse sentido, nos perguntamos qual era o papel atribuído aos povos indígenas nessa construção da nacionalidade? Para essa pergunta, vemos duas respostas: a primeira diz respeito à incorporação do indígena à "nacionalidade brasileira", e a segunda diz respeito ao seu uso enquanto símbolo nacional.

Para a efetiva incorporação indígena, o governo Vargas utilizou-se do Serviço de Proteção aos Índios- SPI. Os responsáveis pelo órgão tinham como bases ideológicas o evolucionismo humanista comteano e, sendo assim, acreditavam que o indígena, se contasse com proteção e assistência, "evoluiria" espontaneamente. Isso pode ser observado no texto do SPI apresentado em um congresso de geografia: "Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível". (SPI, 1940, apud GARFIELD, op. Cit. p. 29)

Na fala de Vicente de Paulo Vasconcelos, diretor do SPI em 1939, essa posição fica ainda mais evidenciada:



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

É claro que os índios, assim como o negro, terão que desaparecer um dia entre nós, onde não formam quistos raciais dissolvidos na massa branca cujo afluxo é contínuo e esmagador; mas do que se trata é de impedir o desaparecimento anormal dos índios pela morte, de modo o que a sociedade brasileira, além da obrigação que tem de cuidar deles, possa receber em seu seio a preciosa e integral contribuição do sangue indígena de que carece para a constituição do tipo racial, tão apropriado ao meio, que aqui surgiu. (SPI, 1929. Apud: GARFIELD, Op. Cit, p. 18)

Este posicionamento mostra a afinidade dos dirigentes do SPI com o que podemos definir inicialmente como a concepção do Estado acerca da transitoriedade dos indígenas frente à sociedade nacional. Não se admite o fato de “ser índio”, mas sim de se “estar índio”.

A partir desses princípios, o Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais foi instituído prevendo uma organização que, a partir da instalação de núcleos de atração dos índios hostis e arredios, passasse a povoações para índios “já a caminho de hábitos mais sedentários”. A partir daí, viveriam em centros agrícolas onde “já afeitos ao trabalho nos moldes rurais brasileiros”, receberiam uma porção de terra para se instalarem, juntamente com sertanejos. Cabia então ao SPI o amparo aos indígenas e conjuntamente a ocupação e exploração de novas áreas.

Havia, nesses princípios de ação do SPI instituídos como lei, uma interessante prática: permitiam ao indígena as suas práticas culturais, para que dessa forma as modificações “evolutivas” tão desejadas pudessem acontecer lentamente. De fato, o interesse estava em transformar os índios em trabalhadores adaptados às práticas agrícolas nacionais, produtivos, menos onerosos e mais rentáveis ao Estado brasileiro, e por fim, fazendo parte do todo homogêneo da chamada sociedade nacional, contribuindo com sua carga genética para o chamado



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

“tipo brasileiro” oriundo das três “raças” que deram origem ao Brasil. De acordo com Schwarcz,

[...] a “fábula das três raças”, essa ladainha que desde os tempos coloniais reconta nossa história a partir do papel formador dos negros, índios e brancos, parece relevante para se pensar em como a assim chamada cultura nacional sempre se constituiu por meio de um processo de tradução, seleção, cópia, alteração e atualização. [...] (SCHWARCZ, Op. Cit. 1995. p. 57)

Mesmo essa tentativa de se formar uma identidade nacional tendo seu início tão remoto, observamos que essa formação da identidade tomou aspecto de política pública apenas no governo Vargas, quando os intelectuais ligados ao governo implementaram projetos oficiais nessa direção. Schwarcz também salienta o papel do “processo crescente de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados em meio a esse contexto”. (SCHWARCZ, Op. Cit. 1995. P. 57)

Observando essa gestação de uma unidade nacional baseada no amálgama de três “raças” distintas, dando destaque aos momentos de união e negociação entre elas são propositalmente mais recordados do que os momentos de conflito. Entendemos que se cria uma ideia forjada de unificação pacífica do branco, do negro e do índio em prol da “construção do país”, que é veiculada por esses projetos de formação da nação desde o período imperial a partir do projeto político do Estado de construção da história brasileira implementado pelo IHGB, sendo ampliada no período Vargas.

De acordo com Hall, percebemos essa construção da identidade nacional brasileira como mais uma das estratégias discursivas responsáveis pela construção de sentidos de nacionalidade,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Uma terceira estratégia discursiva é constituída por aquilo que Hobsbawm e Ranger chamam de invenção da tradição: "Tradições que parecem ser ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas... Tradição inventada significa um conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas; de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado.(HALL. Op. Cit. 2003, pág. 54)

Entendemos que essa construção da imagem na nação brasileira formada pela "união" das três "raças", e pela conseqüente negação da desunião entre elas corresponde a uma tradição interpretativa e política, inaugurada com o trabalho de Von Martius para o IHGB, a respeito da formação da identidade brasileira a partir das três raças, com uma retórica de legitimação da primazia do branco, bem como da ideia de cooperação constante entre os grupos étnicos envolvidos. Nesta concepção de história brasileira, a figura do branco "civiliza" os demais grupos, que reagem de forma passiva, negando os momentos históricos de conflito, resistência ou de negociação entre eles, para dessa forma ilustrar uma convivência interétnica "harmoniosa", o passado histórico adequado de que Hall fala, para substanciar uma continuidade na "tradição de harmonia" entre os povos brasileiros.

Neste trabalho, apontamos apenas indícios do papel atribuído pelo Governo Vargas aos povos indígenas, sua opção pela lenta incorporação dos indígenas e o uso da imagem do como o representante da verdadeira brasilidade, isolado de ideologias estrangeiras, como o liberalismo ou o marxismo. Ainda sentimos bastante falta de pesquisas que deem conta das formulações político-ideológicas do Estado Brasileiro do início até meados do século XX, especificamente atribuídas aos povos indígenas, bem como de um mergulho mais profundo nas formulações teóricas de intelectuais brasileiros a respeito da incorporação dos indígenas brasileiros à sociedade brasileira. Objetivamos que esse texto seja o passo inicial para pesquisas que encarem a grande tarefa de resgatar a História Brasileira a



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

partir de um enfoque voltado para as questões ligadas aos povos indígenas brasileiros, tão esquecidas e ao mesmo tempo tão urgentes.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, O. M. G. da. “Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação”. IN: **REPENSANDO o Estado Novo**. Pandolfi, D. (Org). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.
- FERNANDES, A. D. . A expansão da fronteira e a formação de uma ideologia no Brasil. **Revista História Hoje** (São Paulo), v. 10, p. 1-15, 2006.
- GARFIELD, S. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: Os índios e o estado na Era Vargas. **Revista Brasileira de História. São Paulo**, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000
- GLIK, M. S. Ordem e Progresso, Civilização e Barbárie. Perón, Vargas e Positivismo. (Argentina-Brasil, 1930-1955). Percursos. **Revista del Centro de Ciências Humanas e da Educação de la Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC**. Brasília, DF, vol.7.2,21/08/2007. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/percursos/ojs/viewarticle.php?id=97>.
- GOMES, A. M. de C. A Construção do Homem Novo: o Trabalhador Brasileiro. IN: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, _____. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed, 1982. (Política e Sociedade)
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. SP: DP&A Editora, 2003.
- OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. de C. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. (Política e Sociedade)
- SCHWARCZ, L. K. M. “Complexo de Zé carioca. Notas sobre uma identidade mestiça e malandra”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 29, 1995 p: 49-64.
- SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.1.1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27/06/2011
- TRUBILIANO, C. A. B. e MARTINS JUNIOR, C. A Marcha Para Oeste De Cassiano Ricardo: Um Itinerário Para A Nação. . IN: XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR. Jacarezinho. 2008. **Anais...** Jacarezinho, 2008, p. 2



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

VELOSO, M. P. Cultura e Poder Político: Uma configuração do campo intelectual .
IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, Et Ali. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro:
Zahar Ed., 1982 p. 31-45 (Política e Sociedade).

WOLFE, J. “Pai dos Pobres” ou “Mãe dos Ricos?” Getúlio Vargas, industriários e
construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: **Revista
Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH / Marco Zero. Volume 14, nº 27, 1994,
p. 27-60.

Documentos

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e comércio” (BMTIC) 45, (MAIO, 1938
Comício de 1º de maio) IN: WOLF, J. “Pai dos Pobres” ou “Mãe dos Ricos”? Getúlio
Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo,
1930-1954. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH / Marco Zero.
Volume 14, nº 27, 1994, p. 32

SPI, “Memórias sobre as causas determinantes da diminuição das populações
indígenas do Brasil”. Paper apresentado no IX Congresso Brasileiro de Geografia,
29 de Julho, 1940, Citado na p. 18 por GARFIELD, Seth, As raízes de uma planta
que hoje é o Brasil: Os índios e o estado na Era Vargas. **Revista Brasileira de
História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000

Vasconcelos, citado no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).
Revista do Serviço Público, vol. 03, nºs 1-2, jul.-ago. 1939, p. 34. Citado na p. 18 por
GARFIELD, Seth, As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: Os índios e o estado
na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42.
2000.